



B2-528 Agricultura urbana e periurbana no Brasil: as múltiplas experiências no município de São Paulo.

Soraia de Fátima Ramos, Instituto de Economia Agrícola-SAA-SP, ramoso@usp.br
Clovis José F. de Oliveira Jr., Instituto de Botânica-SMA-SP, floraacao@gmail.com
Samuel Gabanyi, Vitae Civilis, samuel.gabanyi@gmail.com

Resumo

O uso agrícola do território seguindo os princípios agroecológicos, pode ser uma forma de resistência e alternativa à população urbana socialmente excluída, promovendo saúde, segurança alimentar, autoestima e renda às famílias. O trabalho apresenta os resultados parciais de uma investigação realizada no ano de 2014 sobre o perfil da produção agrícola no município de São Paulo, Brasil. O estudo foi executado pela ONG Vitae Civilis em parceria com dois Institutos Públicos de Pesquisa: o Instituto de Economia Agrícola e o Instituto de Botânica do Estado de São Paulo. Respondendo a uma lacuna em relação aos dados oficiais disponíveis sobre a agricultura em São Paulo, as conclusões revelam a importância social e ambiental de espaços com práticas agrícolas no município sede da maior região metropolitana do país. Conclui-se que há diferentes tipos de sistemas de cultivos, distintos agentes sociais envolvidos, diversos objetivos e destinos da produção, em ambiente de luta por maiores incentivos.

Palavras chaves: agricultura metropolitana - transição agroecológica – movimentos urbanos

Descrição da Experiência

No século XXI, a configuração sócio-espacial em grandes áreas metropolitanas revela que apesar do forte predomínio de uma paisagem urbanizada semeiam-se como forma de resistência uma diversidade de práticas e experiências com agricultura urbana e periurbana (AUP). Este trabalho nasceu do desejo de construir um cenário geral sobre a realidade da agricultura no município de São Paulo, Brasil. Trata-se, assim, de uma breve síntese proveniente dos esforços e trabalho de parceria realizada ao longo do ano de 2014, entre o Instituto Vitae Civilis, uma ONG, e dois Institutos de Pesquisa Pública do Estado de São Paulo, o Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, e o Instituto de Botânica da Secretaria do Meio Ambiente. A interpretação dos significados da paisagem agrícola urbana está fundamentada em revisão teórico-conceitual dos paradigmas das modernizações agrícolas, em vivências profissionais, e em levantamento de campo com praticantes da agricultura em São Paulo: agricultores familiares, técnicos do poder público, ONGS e ativistas da causa agroecológica. O nosso intuito era organizar uma publicação que desse alguns subsídios para reflexão e um convite à ação em direção à reorganização da cidade de modo que considere o potencial dos agricultores agroecológicos urbanos no processo de valorização da vida humana como parte da necessidade de reconexão com a natureza. Nos quatro cantos do território municipal de São Paulo, a materialidade constituída para a realização agrícola tradicional coexiste com a presença de outros métodos e ensaios mais recentes. Ultimamente, observa-se que agricultores familiares descendentes de imigrantes europeus e japoneses partilham conhecimentos e experiências com as famílias de agricultores migrados de outros estados do Brasil e, também, com novas gerações de apaixonados pela arte de produzir alimentos. Portanto, este trabalho tem por principal objetivo dar visibilidade a agricultura que é parte da história do território paulistano e, também, ajudar a fortalecer ações conscientes para a construção de diretrizes de políticas públicas em prol da agricultura orgânica e agroecológica. A intenção é colaborar para a transição a um novo patamar da produção/consumo de alimentos mais ricos, diversificados, saudáveis e acessíveis a toda população e, que esteja em harmonia aos ciclos da natureza;



indicando, ao mesmo tempo, alternativas à conquista de maior autonomia por parte da população vulnerável. Deste modo, buscamos abranger a multiplicidade de 'agriculturas' praticada no município de São Paulo considerando a variedade e diferenças sob três aspectos: o perfil de quem produz; as técnicas empregadas; e o destino da produção. O estudo completo (RAMOS; OLIVEIRA JR.; GABANYI, 2014) está disponível para consulta na internet, no site do MUDA (Movimento Urbano de Agroecologia). O documento pretende servir como instrumento de apoio em reuniões técnicas e encontros pedagógicos. Têm por público alvo agricultores, educadores, movimentos sociais urbanos e todos aqueles que lutam para a efetivação do uso social da terra, de mobilização e coesão social no resgate da autoestima, promoção da saúde e da afirmação do potencial econômico e social de práticas agroecológicas em áreas metropolitanas.

Discussão e Resultados

Da tendência à expansão do processo de urbanização, e conseqüentemente a crescente necessidade de alimentar a população aglomerada em áreas urbanas, surge inquietações a respeito do futuro relativo à demanda e oferta de alimentos no mundo. Uma das opções de políticas públicas a cooperar para a soberania alimentar dos povos tem sido a disposição em resgatar antigas práticas ou apoiar novas experiências com agricultura em espaços urbanos, ao lado do fortalecimento de sistemas agroalimentares locais. Diante do cenário de crises cíclicas no capitalismo mundial, a pauta da agricultura urbana e periurbana (AUP) têm sido colocadas cada vez mais na agenda do planejamento urbano e ordenamento territorial em diversos países. Em 2010, por exemplo, houve a I Conferência de Agricultura Metropolitana (MetroAg) em Roterdã, na Holanda, com a participação de representantes de Chennai/Madras (Índia), Detroit (Estados Unidos), Johannesburgo (África do Sul), Londres (Reino Unido) e São Paulo (Brasil) dialogando sobre as distintas realidades da produção agrícola em grandes centros urbanos. A FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) em parceria com as comunidades locais vem promovendo uma série de iniciativas de formação, capacitação e acompanhamento para o desenvolvimento da agricultura urbana, em especial nos continentes africano e latino-americano. Com o objetivo maior de agir para a erradicação de situações de insegurança alimentar, esses projetos e atividades envolvem parcerias voltadas a melhorar a produtividade dos cultivos, facilitarem o acesso aos alimentos e gerar empregos. Na América Latina, se observam a irradiação da produção da agricultura familiar urbana e periurbana, seguindo os princípios da agroecologia, economia solidária e comércio justo, incluindo os espaços densamente urbanizados das grandes cidades desses países. Em uma definição atual de AUP (MOUGEOT, 2000) estão presentes as dinâmicas que ocorrem ao longo dos vários elos do circuito produtivo, da produção ao consumo, priorizando essencialmente as ações locais. Assim, a produção de alimentos e de outros produtos em áreas urbanas incluem múltiplas dimensões: a produção agrícola e pecuária (criação de pequenos e médios animais e peixes, produção de hortaliças, plantas aromáticas, ornamentais e medicinais, frutíferas e agro extrativismo); a produção de insumos (sementes, mudas, compostos, húmus), o beneficiamento do produto (artesanatos, agroindústria familiar); a comercialização (comércio de produtos in natura ou transformados, orgânicos ou convencionais); o autoconsumo, as trocas e doações; bem como, a prestação de serviços (pesquisa capacitação, geração de tecnologias, assessorias, créditos locais), (SANTANDREU; LOVO, 2007). No município de São Paulo, de modo semelhante a que vem ocorrendo em outras partes do país, há uma revalorização do hábito de cultivar alimentos nas cidades. Tais práticas passam a incluir, além dos tradicionais agricultores, novos atores sociais preocupados com a questão do modelo de produção e consumo de alimentos e seus impactos sociais, econômicos e ambientais. Desde a região central até os quatro extremos do município se constata diversas feições de uso agrícola do território. Em 2012, a Prefeitura municipal havia



levantado, aproximadamente, 400 agricultores apenas na porção sul, com concentração nas subprefeituras de Parelheiros e Marsilac; mas há, também, expressivas práticas agrícolas nas zonas leste e norte (SOUZA et. al., 2013). Como podemos verificar nos levantamentos de campo, os sistemas de produção e os produtos cultivados são variados em São Paulo. A agricultura urbana utilizando o sistema de produção convencional, predominante na história recente de configuração do território paulista, está cada vez mais sendo substituída por experiências pautadas pela expansão de agriculturas alternativas, com destaque para os sistemas de produção orgânicos e de base agroecológica. Paralelamente, os canais de comercialização desses produtos orgânicos/agroecológicos, principalmente, os chamados 'canais curtos' como as feiras livres e as trocas solidárias, também, têm se ampliado por todo o município. É uma resposta ao aumento da demanda urbana por alimentos orgânicos, de consumidores cada vez mais conscientes e exigentes com a qualidade dos alimentos. Entretanto, constata-se que há poucas estatísticas oficiais e estudos de sistematização disponíveis sobre a agricultura urbana de São Paulo. Daí a relevância do estudo em oferecer ao público os resultados dos levantamentos de campo realizados (RAMOS; OLIVEIRA JR.; GABANYI, 2014), reunindo uma importante base de dados empíricos para subsidiar políticas públicas e debates a respeito da refuncionalização dos espaços no interior e nos limites da cidade. As práticas de AUP em São Paulo são realizadas por homens e mulheres em todas as faixas etárias, em especial, os agricultores familiares, a população urbana socialmente excluída do mercado de trabalho, idosos, jovens, estudantes, educadores ambientais e ativistas. A produção material dessa AUP de São Paulo abrange a criação de pequenos animais, produção de hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, de sementes e mudas. A finalidade da produção acompanha o perfil de quem produz: geração de renda, segurança alimentar, fins terapêuticos, educação ambiental, mobilização política e lazer. Há, também, experiências de reaproveitamento de resíduos orgânicos urbanos para fabricação de compostos e insumos. A grande maioria dos agricultores do município de São Paulo ainda produz no sistema convencional. Contudo, tem crescido o número de interessados no processo de transição para produção orgânica ou agroecológica. A primeira vista, se pode até pensar que o modelo de produção agrícola convencional é mais produtivo, se pensarmos exclusivamente na produtividade agrícola, dentro do domínio da economia neoclássica. Porém, se fossem avaliadas as externalidades, e as consequências sociais e ambientais no modelo convencional, tal como os valores monetários da destruição causada aos serviços ambientais e a saúde dos consumidores, o sistema de produção agroecológico seria mais vantajoso até sob o olhar da economia neoclássica. Acreditamos no potencial social de práticas com a AUP, reconhecendo o papel que ela oferece no resgate de valores humanos e, também, de ganhos econômicos, terapêuticos e recreativos para a população urbana de São Paulo. Ao mesmo tempo, a AUP necessita de políticas públicas que ajude a organizar e sistematizar informações acerca do que são produzidos, os saldos positivos, bem como as demandas desta atividade, ajudando a promovê-la a partir de programas e políticas de abrangência nacionais, bem como de instrumentos locais de sustentação. Neste sentido, os anos de 2013 e 2014 acenavam para importantes mudanças no cenário político no município de São Paulo, com perspectivas promissoras em direção a um ordenamento territorial mais justo e igualitário. Nas temáticas que permeiam os debates sobre o uso do solo metropolitano estiveram e estão presentes a necessidade de reconhecer a existência e a importância social e econômica das atividades agrícolas urbanas e periurbanas. A instauração de um processo decisório mais democrático em relação ao futuro dos usos do território pontuou toda a revisão do Plano Diretor Municipal. Daí a aprovação deste novo instrumento de planejamento territorial, o Plano Diretor Estratégico (PDE), indicar em seu texto o reconhecimento pelo poder público e sociedade civil organizada a respeito da existência de áreas rurais no município mais urbanizado do Brasil. Contudo, muito ainda precisa ser feito para o fortalecimento da AUP em São Paulo.



Recomendações

Ressaltamos a Agroecologia como princípio de método a orientar as ações direcionadas a transformação social e a constituição de cidadania plena o que envolve, entre outros aspectos, a preservação da natureza, a autonomia das pessoas, a promoção da saúde, a segurança nutricional e soberania alimentar. O apoio à AUP justifica-se, sobretudo, pela necessidade de indicar alternativas de participação e inserção social à população urbana 'vulnerável' do município. Destaca-se a importância de unir as ações de preservação de áreas de nascentes e remanescentes da Mata Atlântica com os incentivos à produção agrícola de base agroecológica. A AUP deverá se desenvolver na medida em que o auxílio técnico ocorra com o envolvimento e a participação coletiva dos agentes sociais envolvidos com a causa agroecológica apoiando, sobretudo, os agricultores em processo de transição. Para isto se faz necessário avançar em políticas que considerem alguns aspectos como: a assistência técnica agroecológica; suporte para avaliação da viabilidade técnica e econômica dos empreendimentos; prospecção das demandas de mercado e as condições para ampliar os canais de comercialização; os estímulos para a organização social de agricultores em associações, cooperativas, e a criação de espaços para reuniões de grupos de consumo e redes de trocas de saberes; o levantamento das demandas relativas a recursos, infraestrutura, entre outros.

Referências Bibliográficas

- MOUGEOT, L.J.A. (2000). *Agricultura Urbana – conceito e definição*. Revista Agricultura Urbana, Julho. Disponível em <http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AUrevista.html> Acesso em 12 de agosto de 2014.
- MUDA (Movimento Urbano de Agroecologia). (MUDA). www.muda.org.br
- RAMOS, S. F.; OLIVEIRA JR., C. J. F. de, GABANYI, S. (2014). *Agricultura em São Paulo: A importância do engajamento popular para transformação social e ambiental*. São Paulo: Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Instituto de Botânica da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Movimento Urbano de Agroecologia de São Paulo, 171 pgs.
- SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. (2007). *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e Diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras*. Governo Federal, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), IPES – Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Belo Horizonte, junho. Disponível em <http://www.agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/panorama%20AUP.pdf> Acesso em 12 de agosto de 2014.
- SOUZA et. al. (2013). *Transformações recentes da agricultura orgânica em São Paulo*. São Paulo, IEA, Revista Eletrônica Análise e Indicadores do Agronegócio, v. 8, n. 6, junho. <http://www.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-32-2013.pdf> Acesso em 03 de fevereiro de 2014.